



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/____
FLS. Nº ____
VISTO ____

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO

EDITAL Nº 048/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 001/2024 - FMS

(Processo Administrativo Nº 0094/2024 – FMS)

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO ESF CENTRAL”

RECORRENTE: MARCOS OTAVIO CAMPOS ENGENHARIA LTDA

CONTRARRAZOANTE: ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

I – DAS PRELIMINARES

Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa **MARCOS OTAVIO CAMPOS ENGENHARIA LTDA**, com fundamento no **Art. 165, I, da Lei nº 14.133, DE 1º de abril de 2021**, em face da decisão do Agente de Contratação que habilitou a empresa **ISAPED CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA**.

O Agente de Contratação em cumprimento ao disposto § 2º do **Art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, recebeu e analisou as razões de recurso da Recorrente, bem como as Contrarrazões de forma a proferir sua decisão sobre o recurso administrativo.

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos por parte da Recorrente, sendo interposto tempestividade na forma do **Art. 165, I, Lei nº 14.133, DE 1º de abril de 2021**.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Na sessão pública da Concorrência Eletrônica em referência, realizada em 05/11/2024, a Recorrente intencionou interposição de recurso para demonstrar sua irresignação em face das decisões do Agente de Contratação: “*Não concordo com a Habilitação da Empresa.*”

III – DA ALEGAÇÃO DA RECORRENTE

Em resumo, a recorrente questiona a habilitação da empresa vencedora no que diz respeito à habilitação técnico-profissional (item 7.6.2), à habilitação técnico-



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/____
FLS. Nº ____
VISTO _____

operacional (item 7.6.3) e à habilitação econômico-financeira (item 7.7.1), sob as seguintes alegações:

Habilitação Técnico-Profissional (item 7.6.2)

"Verificando a Habilitação da referida empresa constatamos que: 7.6.2. Ao que parece o profissional atuava como Fiscal da Obra não como executante, não poderia ao mesmo tempo o mesmo executar e o próprio se fiscalizar. ...

Certidão de Acervo Técnico emitido para empresa Top Imperial não pode ser utilizado pelo profissional engenheiro Marlon Mendes da Silva tendo em vista que o mesmo não é ou não foi do quadro de responsáveis técnicos da empresa.

Certidão de Acervo Técnico emitido para empresa Diagrama Serviços Técnicos de Engenharia e Projetos não pode ser utilizado pelo profissional engenheiro Marlon Mendes da Silva tendo em vista que o mesmo não é ou não foi do quadro de responsáveis técnicos da empresa.

Certidão de Acervo Técnico emitido para Marlon Mendes da Silva não pode ser utilizado pois é pessoa física quando deve ser por pessoas jurídicas de direito público ou privado, não encontrei os itens e quantidade mínima de relevância.

Certidão de Acervo Técnico emitido para empresa Triangular Construções e Empreendimentos LTDA não pode ser utilizado pelo profissional engenheiro Marlon Mendes da Silva tendo em vista que o mesmo não é ou não foi do quadro de responsáveis técnicos da empresa.

Certidão de Acervo Técnico emitido para empresa Genesis Engenharia e Construições LTDA não pode ser utilizado pelo profissional engenheiro Marlon Mendes da Silva tendo em vista que o mesmo não é ou não foi do quadro de responsáveis técnicos da empresa."

Habilitação Técnico-Operacional (Item 7.6.3)

" 7.6.3. Operacional Atestados emitidos por Virgínia Nobrega dos Santos e Erick Roberto J Lemos não pode ser utilizado pois é pessoa física quando deve ser por pessoas jurídicas de direito público ou privado e Ainda não dispõe da quantidade do item de relevância;

Atestado emitido por Condomínio Santiago II não da quantidade mínima de relevância.

Atestado emitido por Diagrama Projetos e Engenharia LTDA não informa os itens e quantidade mínima de relevância.

Atestado emitido para empresa Top Imperial não podendo ser utilizado com Atestado de Capacidade Técnica Operacional pela empresa Isaped Construtora e Serviços LTDA."

Habilitação Econômico-Financeira (Item 7.7.1)

"7.7.1. Não consta os períodos de 01 de janeiro de 2023 a 30 de setembro de 2023 do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício."

IV – DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

Em suma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIÊ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/____
FLS. Nº ____
VISTO _____

“Qualificação Técnico-Operacional: A empresa recorrente questiona a qualificação técnica da ISAPED, mas desconsidera os critérios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, que exige a comprovação de capacidade operacional com serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto licitado. A ISAPED apresentou atestados compatíveis com os requisitos do edital. O Acórdão TCU 298/2024-Plenário reforça que a experiência anterior não precisa ser idêntica, apenas semelhante ou de maior complexidade, o que foi atendido pela ISAPED.

Capacidade Econômico-Financeira: O questionamento sobre a capacidade financeiro-econômica da ISAPED ignora a conformidade com os requisitos do edital e da Lei nº 14.133/2021, que exigem documentos contábeis proporcionais ao objeto licitado. A ISAPED comprovou sua aptidão financeira de forma suficiente, atendendo aos princípios de razoabilidade e competitividade. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 confirma a adequação dos documentos apresentados, e a Comissão de Licitação validou corretamente a documentação.

Compatibilidade e Proporcionalidade das Exigências: As exigências do edital foram estabelecidas com base na natureza do objeto e para garantir a competitividade. O Acórdão TCE/RJ 016197/2023-PLENV confirma que a exigência de patrimônio líquido mínimo está dentro dos parâmetros legais, e o Acórdão TCU 387/2024-Plenário reitera que as exigências devem ser justificadas e detalhadas no edital. A ISAPED atendeu plenamente a essas exigências.”

Além disso, a contrarrazoante em apelo ao Acórdão TCU 1211/2021-Plenário, anexou documentação complementar para comprovar sua aptidão técnico e econômico-financeira.

V – DA ANÁLISE DO RECURSO

Inicialmente, esclareço que foi enviado um e-mail à recorrente, solicitando informações complementares sobre os acórdãos citados nas argumentações recursais, os quais a recorrente reconheceu não ter relação com o assunto que pretendia defender, ou, ainda, que são inexistentes.

Esclareço ainda que, após o recebimento do recurso, foi encaminhada uma cópia ao Setor de Engenharia para manifestação, porém, a resposta não foi expedida em prazo oportuno.

Habilitação Técnico-Profissional (item 7.6.2)

Para comprovação de capacidade técnico profissional, o edital trás no item 7.6.2 a seguinte redação:

7.6.2. Apresentação do(s) profissional(is) detentor de atestado de responsabilidade técnica **fornecido por pessoa jurídica** de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU **por execução** de obra de características semelhantes, abaixo indicado(s):



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/____
FLS. Nº ____
VISTO _____

I. Serviços de Estrutura de Concreto Armado de fundação (item 3.2 da planilha)

II. Serviço de revestimento de paredes com cerâmica. (item 5.4 da planilha)

A empresa ISAPED apresentou sete atestados técnico-profissionais, todos em nome do engenheiro Marlon Mendes da Silva, conforme o parecer técnico devidamente anexado à plataforma. No entanto, não foram aceitos os atestados referentes ao CIEP 201 e DIAGRAMA, pois não apresentam nenhuma das parcelas de maior relevância. Além disso, o atestado referente ao ERICCK foi recusado por ter sido emitido por pessoas físicas, em desacordo com a exigência editalícia de que tais documentos sejam emitidos por pessoas jurídicas.

Por outro lado, foram aceitos os quatro atestados de responsabilidade técnica remanescentes, que se detalham da seguinte forma:

1. **Mangaratiba:** possui a parcela de maior relevância "serviço de estrutura de concreto armado" e teve sua parcela referente ao "revestimento de piso cerâmico" aceita, por ser compatível com o serviço de "revestimento de paredes com cerâmica".
2. **Mangaratiba:** apresenta ambas as parcelas de maior relevância, "serviço de estrutura de concreto armado" e "serviço de revestimento de paredes com cerâmica".
3. **Colégio Agostinho Porto e Colégio Alfredo Neves:** aceitos por possuírem a parcela de maior relevância, "serviço de estrutura de concreto armado".

Destaco que os quatro atestados de responsabilidade técnica aceitos referem-se à fiscalização dos serviços e não à execução. Esse ponto foi tratado no parecer técnico do Setor de Engenharia, que os considerou compatíveis. Em apreço à área técnica, que detém o conhecimento especializado sobre o assunto, o parecer foi acatado no momento do julgamento da habilitação, resultando na habilitação da vencedora. No entanto, durante o julgamento recursal, ao analisar mais detalhadamente o tema, divirjo do referido parecer.

A divergência de posicionamento decorre principalmente da crença de que o ponto em questão está mais relacionado à área jurídica do que à área técnica, conforme pode ser inicialmente comprovado no próprio edital, que menciona expressamente a palavra "execução":

7.6.2. Apresentação do(s) profissional(is) detentor de atestado de responsabilidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU por execução de obra de características semelhantes, abaixo indicado(s):

A relevância jurídica do tema se torna ainda mais evidente no art. 67 da própria Lei Geral de Licitações, que dispõe:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/____
FLS. Nº ____
VISTO _____

*responsabilidade técnica por execução de obra ou
serviço de características semelhantes, para fins de
contratação;*

Além disso, os atestados de responsabilidade técnica de execução e fiscalização apresentam uma diferença substancial. A principal distinção está na natureza da atividade desempenhada: o atestado de execução comprova que o trabalho foi efetivamente realizado, enquanto o atestado de fiscalização atesta que o trabalho foi acompanhado e monitorado para garantir o cumprimento das normas, sem, contudo, implicar que a obra tenha sido executada diretamente pelo responsável. Por isso, os dois tipos de atestado não podem ser considerados intercambiáveis. Cada um serve para comprovar competências e responsabilidades distintas. Portanto, a exigência específica no edital de atestado de responsabilidade técnica de execução, no item 7.6.2, torna os atestados apresentados pela empresa ISAPED insuficientes para comprovar a habilitação técnico-profissional.

Habilitação Técnico-Operacional (Item 7.6.3)

Para comprovação de capacidade técnico operacional, o edital trás no item 7.6.3 a seguinte redação:

7.6.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.6.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- I. Serviços de Estrutura de Concreto Armado de fundação (item 3.2 da planilha)*
- II. Serviço de revestimento de paredes com cerâmica. (item 5.4 da planilha)*

A empresa ISAPED apresentou quatro atestados técnicos-operacionais, conforme o parecer técnico devidamente anexado na plataforma. Os atestados relativos às pessoas físicas ERICCK ROBERTO e VIRGINIA NÓBREGA não foram aceitos, uma vez que foram emitidos por pessoas físicas, contrariando a exigência editalícia de que tais documentos fossem emitidos por pessoas jurídicas, além disso os mesmos não contemplam a parcela de maior relevância de revestimento de paredes com cerâmica.

Por outro lado, foram aceitos os dois atestados remanescentes. O atestado emitido pela pessoa jurídica CONDOMÍNIO SANTIAGO II, que possui a parcela de maior relevância "serviço de estrutura de concreto armado", e teve a sua parcela referente ao "revestimento de piso cerâmico" aceita, por ser compatível com o serviço de "revestimento de paredes com cerâmica". Já o atestado emitido pela pessoa jurídica DIAGRAMA(não



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/____
FLS. Nº ____
VISTO _____

citado no parecer), que possui a parcela de maior relevância "revestimento de paredes com cerâmica", também foi aceito.

Embora a recorrente questione as quantidades dos serviços atestados, cumpre salientar que o edital não estabelece exigência de quantidade mínima, limitando-se a exigir a comprovação da execução dos serviços.

Dessa forma, a empresa ISAPED atendeu plenamente à exigência de comprovação de sua capacidade técnico-operacional, conforme estabelecido no item 7.6.3 do edital. A apresentação dos atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público e privado, que comprovam a execução de serviços com as características exigidas no edital, demonstra que a empresa possui a experiência necessária para a execução dos serviços objeto da licitação. A ISAPED comprovou, através dos atestados aceitos, a execução de serviços de "estrutura de concreto armado" e "revestimento de paredes com cerâmica", conforme requerido no item 7.6.3.1 do edital. Assim, não há razão para contestar o cumprimento das exigências de qualificação técnico-operacional, uma vez que a documentação apresentada está devidamente em conformidade com o que foi solicitado no edital.

Habilitação Econômico-Financeira (Item 7.7.1)

Para fins de comprovação econômico-financeira o edital traz a seguinte redação:

7.7.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

7.7.1.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.7.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

A vencedora enviou o Balanço Patrimonial e a DRE referentes ao período de outubro a dezembro, acompanhados dos demonstrativos dos índices econômicos devidamente assinados por profissional da área contábil, comprovando a boa situação financeira da empresa.

Embora não estivessem inclusos os demonstrativos de outros períodos, os documentos apresentados foram considerados inicialmente suficientes, visto que os saldos das contas patrimoniais são acumulados a cada período. Portanto, os saldos referentes a dezembro são os que realmente demonstram a capacidade financeira da empresa.

Contudo, considerando o disposto no item 7.2.1.1 do edital, que estabelece:

7.2.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/____
FLS. Nº ____
VISTO _____

7.2.1.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame

Para fins de julgamento de recurso, foi expedido e-mail à empresa vencedora, solicitando a complementação das informações contábeis, as quais foram devidamente enviadas pela mesma, conforme anexo a este julgamento de recurso.

Dessa forma, considerando os documentos apresentados durante a sessão e em sede recursal, a empresa ISAPED atendeu às exigências de qualificação econômico-financeira previstas no edital, demonstrando plena capacidade financeira para o cumprimento do objeto da licitação.

Dos documentos apresentados nas Contrarrazões

No momento das contrarrazões recursais, com a finalidade de reforçar sua qualificação técnica, a empresa vencedora apresentou novos documentos de qualificação técnica-profissional em nome do engenheiro André Souza da Silva, sendo eles: Contrato de prestação de serviço, Atestado de Responsabilidade Técnica em nome do referido engenheiro e regularidade do mesmo perante o CREA.

Alicerçou os novos documentos com base no Acórdão TCU 1211/2021-Plenário, que diz:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/
FLS. Nº ____
VISTO ____

condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Em recente acórdão do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, o dever do condutor do certame em buscar sanear falhas ainda que isso implique em permitir que o licitante envie documentos não apresentados e que atestam condição pré-existente do licitante ganhou robustez:

A partir da análise do contexto fático-probatório, restou comprovado que o fato de o pregoeiro não ter buscado sanear eventuais erros ou falhas que não alteravam a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação restringiu a competitividade da licitação e culminou na homologação de resultado que não continha a proposta mais vantajosa para a Administração.

Cumprе salientar que as certidões exigidas no Edital de Pregão nº 023/2023 e que deixaram de ser apresentadas oportunamente pelo ora Representante configuram documentos que objetivavam atestar condições pré-existentis à apresentação da proposta, notadamente: a ausência de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa, a ausência de proibição para contratação com o Poder Público, de ações trabalhistas etc. Tais documentos poderiam ter sido obtidos de forma online, de modo que caberia ao Pregoeiro promover diligência junto aos licitantes para regularização, à luz, inclusive do disposto no item 20.15 do Edital, abaixo transcrito:

20.15 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93

Com efeito, consoante destacado pelas instâncias instrutivas nestes autos, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório “não pode se sobrepor ao princípio fundamental de um procedimento licitatório – a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública”. Outrossim, o Princípio do Formalismo Moderado “pressupõe que a licitação não é um fim em si mesmo”, de modo que incumbiria ao Pregoeiro buscar o saneamento da ausência desses documentos. Sendo assim, julgo procedente a Representação, na linha proposta pelo Corpo Técnico. ACÓRDÃO Nº 064075/2024-PLENV

Os documentos apresentados pela vencedora no momento das contrarrazões comprovam a condição pré-existente à abertura da proposta da empresa ISAPEP, uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/____
FLS. Nº ____
VISTO ____

vez que ela já mantinha vínculo com o Engenheiro Civil André Souza da Silva, e os Atestados de Responsabilidade Técnica emitidos para esse profissional já estavam formalizados.

Considerando que, no momento do certame, ao acatar o parecer técnico e habilitar a vencedora, não foi identificada a necessidade de saneamento de falha, a vencedora não teve a oportunidade de enviar os documentos adicionais necessários para a efetiva habilitação.

Entretanto, diante da reviravolta na fase de julgamento de recursos, que considerou os atestados de responsabilidade técnica inicialmente apresentados como insuficientes para comprovar a qualificação técnico-profissional da vencedora, torna-se necessário, neste momento, aceitar os documentos apresentados na fase de contrarrazões.

Ao não aceitar os novos documentos apresentados por mero formalismo, a Administração incorre no risco de onerar o objeto do certame em aproximadamente R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), situação que se concretizaria caso tanto a vencedora quanto a segunda colocada fossem inabilitadas. Nesse contexto, destaco o trecho da decisão do TCE-RJ: "O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório não pode se sobrepor ao princípio fundamental de um procedimento licitatório: **a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.**"

VI – DA CONCLUSÃO

Diante dos argumentos apresentados, é possível concluir que a empresa ISAPED, demonstrou, de forma suficiente, sua qualificação **técnico-operacional e econômico-financeira**, não havendo razão para acolher as argumentações da recorrente nestes pontos.

Quanto à habilitação **técnico-profissional**, os Atestados de Responsabilidade Técnica anexados durante a sessão são insuficientes para atender à exigência do edital. No entanto, privilegiando o princípio da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, devem ser aceitos os documentos apresentados pela empresa ISAPED nas contrarrazões, reabrindo-se, assim, o certame para regularização e análise dos mesmos.

VII – DECISÃO

Isto posto, sem mais nada a considerar e respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO** o RECURSO apresentado pela empresa **MARCOS OTÁVIO CAMPOS ENGENHARIA LTDA**, dando-lhe **PROVIMENTO PARCIAL**, reconsiderando a decisão anteriormente proferida quanto à habilitação técnico-profissional, devendo a sessão pública ser reaberta para análise dos documentos apresentados pela empresa ISAPED no momento das contrarrazões.

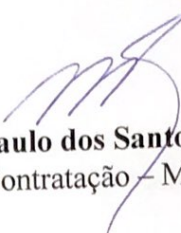
Diante disso, encaminho o presente recurso ao Presidente do Fundo Municipal de Saúde, a quem cabe decisão final sobre o tema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SETOR DE LICITAÇÃO

PROC. Nº ____/____
FLS. Nº ____
VISTO ____

Aperibé, 22 de novembro de 2024


Marcos Paulo dos Santos Montozo
Agente de Contratação – Matrícula 3449



PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Fundo Municipal de Saúde

DECISÃO DE RECURSO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 001/2024 - FMS
(Processo Administrativo Nº 0094/2024 – FMS)

RECORRENTE: Marcos Otavio Campos Engenharia LTDA
CONTRARRAZOANTE: Isaped Construtora e Serviços LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para ampliação do ESF Central

Considerando as razões de fato e de direito apresentadas pelo Ilustre Agente de Contratação, ratifico a sua manifestação, decidindo pelo **PROVIMENTO PARCIAL**, com a consequente rejeição da habilitação técnico-profissional apresentada durante o certame. Determino, ainda, a reabertura da sessão para análise dos documentos apresentados pela empresa ISAPED no momento da apresentação das contrarrazões.

Desta feita, retorne os autos ao Setor de Licitação para prosseguimento, dando ciência a Recorrente, publicando conforme legislação pertinente.

Aperibé, 25 novembro de 2024

Paulo Sérgio Brandão Bairral Júnior
Presidente do Municipal de Saúde
Mat. 5200